

A FORMAÇÃO DOCENTE E OS SUPLEMENTOS INFANTO-JUVENIS: UMA RELAÇÃO PEDAGÓGICA A SER CONSTRUÍDA

RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de – UnB

GT: Educação Fundamental /n.13

Agência Financiadora: Não contou com financiamento.

RESUMO:

A presente pesquisa teve dois objetivos: (a) investigar os suplementos infanto-juvenis como recurso pedagógico na Educação Fundamental e (b) analisar como professores da Educação Fundamental trabalham os suplementos infanto-juvenis, tendo como referência cursos de formação inicial e continuada. Foi desenvolvida em duas etapas, de novembro de 2001 a novembro de 2003. Contou com a participação das seguintes instituições: ANDI, MEC, Instituto Ayrton Senna, UNESCO, Fundação Orsa, UFBA, UFRJ e UnB. O universo investigado abrangeu a análise de 576 textos e a participação de 148 professores de Educação Fundamental. A pesquisa destacou a necessidade de uma equipe que conceba o projeto editorial dos suplementos infantis, com a participação educadores, compreendendo-o como recurso didático; valorização do diálogo com escolas, instituições de formação docente e os editoriais. Os professores investigados revelaram dificuldades em utilizar os suplementos, assim como outros materiais da mídia.

Palavras Chave: Educação Fundamental, suplementos infantis, formação docente

INTRODUÇÃO

Por mais contraditório que possa parecer, boa parte de instituições voltadas para a formação de professores da Educação Fundamental tem se mostrado cristalizada e cristalizadora, constituindo-se em rico terreno para certos absolutismos teórico-acadêmicos, contrapondo-se a um princípio educativo fundante: o processo educativo deve pautar-se na perspectiva crítico-investigativa do auto-conhecimento e da realidade, fomentando transformações mútuas. Se os horizontes analíticos e educativos centrarem-se em processos endógenos e em lógicas hegemônicas e excludentes, a tendência é o fortalecimento de

reducionismos, empobrecendo o rico e diversificado espaço da escola. Como se refere Sarup(1980), a convivência entre lógicas e racionalidades diversas, desafia o absolutismo de nossas próprias categorias. Tomando a reflexão por empréstimo e aplicando-a ao contexto das instituições de formação do docente de Educação Fundamental, é pertinente reforçar a necessidade de que os espaços pedagógicos possibilitem diferentes expressões e relações sociais, não apenas aquelas concebidas e tratadas no seio da instituição.

Nesse âmbito situam-se os suplementos infanto-juvenis, assim como suas possibilidades como materiais pedagógicos, tendo em vista já adentrarem boa parte das escolas de Educação Fundamental. Tal fato desencadeou a presente pesquisa, desenvolvida em duas etapas e no período de novembro de 2001 a novembro de 2003. A primeira delas teve como objetivo investigar o potencial dos suplementos infanto-juvenis como instrumento pedagógico. Contou com a participação das seguintes instituições ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), Ministério da Educação, Instituto Ayrton Senna, UNESCO, Fundação Orsa, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade de Brasília (UnB). A segunda etapa foi decorrente do fato de que, na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, atuo e investigo na área de formação de profissionais da educação, o que permitiu tomar os dados levantados e analisados anteriormente e buscar o segundo objetivo: analisar como professores da educação fundamental trabalham os suplementos infanto-juvenis e até que ponto receberam orientações em seus cursos de formação para essa finalidade.

OS CAMINHOS DA PESQUISA

Inicialmente foram selecionados e analisados 576 textos de 138 edições (média de quatro edições por suplemento), de 36 suplementos infanto-juvenis, encartados em jornais de 28 cidades, de 13 diferentes estados da federação.

No primeiro momento do estudo foram elaborados dois instrumentos necessários à análise do material: um deles orientou a classificação e avaliação do conjunto das edições e o outro construiu parâmetros e critérios para avaliar os textos. As análises envolveram temática, vocabulário, pluralidade de opiniões, conexão com a faixa etária dos leitores, recursos gráficos, tipo de matéria, variedade de fontes e autoria das publicações. E tiveram três eixos norteadores: conteúdo, forma e linguagem e seções. A pesquisa também registrou

opiniões de um grupo focal formado por alunos da Educação Fundamental, típicas em relação aos leituras usuais.

Na segunda etapa da pesquisa participaram como sujeitos 148 professores da Educação Fundamental, pertencentes à rede pública de um estado brasileiro, sendo que 93 deles atuavam nos anos iniciais e 55 estavam distribuídos entre a 5ª e a 6ª série da Educação Fundamental. Por meio de questionários e entrevistas os professores expressaram como utilizam os suplementos na escola e suas dificuldades mais frequentes. Também se posicionaram em relação aos cursos de formação inicial e continuada, no que se refere à abordagem da mídia como recurso pedagógico.

OS SUPLEMENTOS INFANTO-JUVENIS

Os suplementos que tem sido produzidos na Brasil, nos mais diversos jornais, constituem-se em espaços de comunicação e interatividade para uma faixa etária que envolve diferentes fases do desenvolvimento infantil e do início da adolescência. O processo de interatividade é marcado pelo interesse do leitor, quando o mesmo se dispõe a receber a mensagem dada pelo jornal. Quase sempre trata-se de um contato solitário, o que na faixa etária que se interessa pelos suplementos infanto-juvenis - de 7 a 12 anos - ocorre sem clareza sobre “quem fala”, “como fala” e “com que” objetivos. Estabelece-se uma relação em que leitor e mensagem ainda estão, predominante e inicialmente, centrados no acatamento, na falta de referências sobre as mensagens e na resistência que se baseia na forma.

Pelo menos três aspectos da interatividade podem ser considerados. Um primeiro, refere-se ao espaço da expressão para o leitor, que encontra no jornal a abertura para estabelecer contatos mais diretos de participação. Outro aspecto envolve um nível de elaboração mais complexo, assim como maior organicidade – a resposta àquilo que o leitor demandou. O terceiro aspecto refere-se à possibilidade voltada para o coletivo, estabelecendo um fórum de comunicação entre os leitores.

Um veículo de comunicação voltado para leitores que estão elaborando os primeiros alicerces do desenvolvimento de uma postura crítica deve considerar, a priori, que as mensagens que permeiam seus conteúdos podem, mais facilmente, vazar os filtros de leitores menos resistente e em processo inicial de formação. Esse fato agrega alguns

elementos diferenciais que se associam não apenas a matérias organizadas pelos editores, mas a todas as outras autorizadas e veiculadas.

O DOCENTE E SUA FORMAÇÃO

Estamos imersos em uma grave crise histórico-social e a escola não pode isentar-se de conhecê-la, compreendê-la e resistir aos seus desdobramentos. Talvez este seja um dos mais desafiantes e difíceis compromissos das instituições educativas – não apenas compreender a realidade mas, fundamentalmente, contribuir para a formação de profissionais que dominem teórica e metodologicamente conteúdos de diferentes áreas e, também, que se constituam em sujeitos críticos, solidários e éticos, frente aos fatos de seu tempo, conscientes da provisoriedade de sua formação.

Certamente as instituições que atuam na formação de professores para a Educação Fundamental evoluíram, se compararmos as diversas construções ocorridas ao longo do século XX. Mas o fizeram sem romper as linhas diretrizes que lhe foram atribuídas em sua origem: centralista, transmissora, selecionadora, individualista. (IMBERNÓN, 2002). E não tem sido fácil que essas instituições ultrapassem os enfoques enfaticamente funcionalistas e burocratizantes.

No caso de alguns cursos voltados para a formação do professor de Educação Fundamental, muitas vezes percebe-se a resistência em alicerçar suas bases epistemológicas na totalidade orientada para a criatividade e a emancipação social e individual. Nesses casos, entre outros aspectos, as ciências em geral acabam por transformar-se em “estandartes de resistência”. Por isso é fundamental a ocorrência de revisões pautadas em compromissos bem mais amplos que não aqueles que se limitam ao intra-muro das instituições educativas, abrindo-se para outros saberes e campos até então isolados e/ou pouco explorados. Segundo Santos (1995), o conhecimento científico, tecnológico, estético e ético, gerado na academia, não é o único, ao contrário, existem outras formas de conhecimento e comunicação pautadas no pensar e agir dos inúmeros segmentos da sociedade e que ao longo de gerações, por não serem caracterizados como científicos, foram desprovidos de legitimidade institucional.

O fenômeno educativo precisa ser pensado, por meio de profundas análises, o que equivale dizer que não podemos minimizar as importantes interferências do todo societário

e suas repercussões sobre a educação formal. Se não o fizermos, poderemos até ampliar o enorme fosso entre a velocidade com que as mudanças ocorrem na sociedade atual e o “engessamento” e a rigidez das instituições formadoras de profissionais da educação.

A esse respeito, Santos (1995), destaca que a realidade se torna “hiper-real” em decorrência da rapidez com que os conceitos se alteram. Acabamos nos anestesiando e passamos a teorizar, crendo que a teoria é a própria realidade com outro nome, ou seja, a teoria se auto-realiza. Em alguma medida, essa ocorrência dificulta a presença de algo que é absolutamente salutar - a identificação de *perplexidades produtivas*, que se contrapõem à dominação cultural. Caso não ocorram, reforça-se a incapacidade de promover a conscientização do concreto e de tudo que seja sua referência, ou seja, a cultura do grupo e sua epistemologia subjacente. Professores que se vêem imersos em datas, controles burocráticos e conteúdos têm demonstrado dificuldade em perceber outras e inovadoras possibilidades de propostas pedagógicas que rompem com a rotinização e a mesmice.

Quando a escola se abre para a análise de materiais e fatos que os alunos já encontram em seu cotidiano, viabiliza relações, cria fluxos de diversos significados, permitindo elaboração e ampliação de conceitos, organização de procedimentos e construção de analíticas pautadas nas referências de diferentes tempos e espaços. A análise de situações próximas, com o suporte do conhecimento adquirido na formação inicial e continuada, possibilita organizações do trabalho pedagógico mais criativas e conectadas com os sujeitos concretos. Nesse contexto, portanto, teoria e prática ganham outros significados, tornado-se indissociáveis, permitindo que os docentes se sintam aptos a trazer para suas salas de aula aquilo que seus alunos, de alguma maneira, já utilizam e utilizaram, podendo confrontar conceitos e posturas.

Os currículos não podem conceber e propor como antes, os professores e alunos não podem educar nem ser educados como até então. Já não cabem camisas-de-força, mas entendimentos e práticas em vários marcadores sociais, que abrem a agenda educacional para questões de gênero, escolhas sexuais, nacionalidade, multiculturalismo, religiosidade, força da mídia e dos artefatos culturais, processos de significação e disputas, novas comunidades, imigrações, xenofobia, racismo, etnocentrismo, entre tantas outras questões. Nenhum currículo ultrapassa ou substitui os anteriores, em direção ao melhor, mais avançado, mais perfeito. Mas, cada pedagogia e cada currículo, assim como cada professor,

em sua condição de existência e em seus diferentes interesses e necessidades. Assim, não podemos mais conviver com discursos festivos e vazios que destacam a importância de partirmos dos sujeitos concretos da ação educativa, para depois, então, esses mesmos sujeitos serem diluídos em suas diferenças e em nome dos “sujeitos-referência”. Essa análise, apesar de genérica, dá uma idéia da magnitude de alguns dos desafios educacionais e, em particular, para a formação de professores. Como bem observou Hobsbawm (1995, p. 562), “[...] *não sabemos para onde vamos, mas sabemos o que nos trouxe até aqui*”. Ou aprendemos as lições advindas dos apelos de nossa atualidade ou ficaremos à deriva de rumos ainda mais ameaçadores.

Para tanto é importante que a formação dos professores desencadeie processos de superação das muitas emboscadas que historicamente têm se colocado na construção da profissionalidade docente - já que a docência é assumida como “profissão” genérica e não como ofício; e no cenário social mais amplo entende-se como semiprofissão (ENGUITA, 1991). E é nesse âmbito de superações que se destaca o importante papel do processo formador, transcendendo o ensino que pretende uma mera atualização científica, pedagógica e didática e se consolida na criação de espaços participativos e crítico-reflexivos, capazes de preparar os professores para as incertezas e provisoriidades.

OS ACHADOS DA PESQUISA

O Brasil é um país com pouca tradição de leitura, além do que o computador e a televisão são fontes concorrentes e acabam afastando crianças e jovens dos jornais, revistas e livros. Os jornais que oferecem os suplementos infanto-juvenis já representam um importante avanço, a despeito da pesquisa ter revelado a necessidade de renovação em vários aspectos, para fortalecer o interesse dos pequenos leitores

A faixa etária atingida por eles não conta com unanimidade entre os editores, visto que 63,6% produzem para a faixa etária de 6 a 12 anos, e 36,4% não são claros quanto ao público: se para educadores, pais ou filhos. Para atingir uma faixa etária tão diversa os suplementos deveriam utilizar de modo distinto tema e linguagem. Um caminho tentado tem sido o uso de uma linguagem intermediária que atinja ao mesmo tempo uma criança de seis anos e um pré-adolescente de 12 anos. Mas ao buscar alcançar o todo, há o sério risco de não falar a ninguém.

Considerando a presença dos suplementos na escola, pelo menos 52,4% dos docentes investigados utilizam o material como recurso de recreação e/ou preenchimento de tempo livre na sala de aula, sem incorporá-lo e articulá-lo aos demais materiais ditos pedagógicos. Apenas 17,6% articulam os conteúdos dos suplementos àqueles referidos no currículo. Os 30,0% restantes não utilizam o material, alegando falta de tempo, inadequação com os conteúdos escolares e incompatibilidade com a realidade infantil. Os dados parecem indicar o despreparo dos docentes na utilização de materiais que não integram os livros didáticos e/ou materiais concebidos no âmbito da escola. Contudo, espaços educativos não podem mais ser entendidos como cenários de consenso, harmonia e irrealismo, mas como enriquecimento dos filtros que interpretam a realidade vivencial dos alunos. A realidade atual precisa contar com professores que atuem como agente dinâmico cultural, curricular e socialmente, capaz de decidir de maneira educativa, moral, ética e estética sobre os apelos e demandas cotidianas. A vida dos alunos da Educação Fundamental está permeada por essa cotidianidade e ignorá-la pode significar a ampliação de espaços de enfraquecimento para uma integração educativa mais ampliada e efetiva.

No geral, os suplementos necessitam considerar de maneira mais ampliada as possibilidades de entendimento dos leitores mirins. Em decorrência deste fato, acabam por demonstrar preconceito e até desconhecimento da realidade infantil. Não se pode abafar o fato de que nossas crianças vivem em uma sociedade desigual que, não raro, têm abreviada a fase da infância, anunciando um cotidiano de vida adulta. A resistência contra essa realidade deve adentrar não apenas as edições dos suplementos infanto-juvenis, mas a escola, por mais agressiva e desconcertante que possa parecer a docentes e alunos. Da mesma forma, a realidade descrita não pode escapar aos suplementos, em uma linguagem séria mas que recupere códigos e universo infantis e suas relações.

Por isso a necessidade de um preparo prévio dos docentes, o que poderá oportunizar um envolvimento adequado, não apenas a este instrumento da mídia escrita, como a qualquer outro. Não há porque a escola querer “poupar” seus alunos de um mundo no qual os mesmo já estão imersos e vivendo as conseqüências, sejam elas boas ou ruins. E esse preparo, que inclui tanto formação inicial como continuada tem que ser tomado em sua complexidade, o que equívale reforçar a contradição de medidas simplistas de aligeiramento e banalização da formação docente, tanto originadas de políticas públicas

macro como de nível mais locais de decisão, algumas delas definidas no interior das próprias instituições de educação superior. Na verdade, tem sido possível identificar um conjunto de instrumentos legais, de diretrizes e orientações que distanciam cada vez mais a idéia de universidade (diferente de instituição de ensino superior) em seu sentido amplo, no qual a formação docente estaria associada a investigação autônoma, desenvolvimento técnico e tecnológico, articulando interesse universais da cultura científica humanística a questões nacionais, regionais e locais. Esse trânsito entre a totalidade e a parte parece reforçar a importância de materiais que “oxigenem” a escola e que lhe confirmem um reconhecimento de instituição formadora para uma realidade em mudança, portanto provisória em sua dinâmica.

As reflexões já postas talvez possam nos fazer compreender melhor um dos maiores problemas constatados pela pesquisa, qual seja, a indefinição de um projeto para o editorial – o material falará às crianças ou sobre crianças? E o que falará? Quais são seus reais objetivos? Alguns suplementos apenas teoricamente se direcionam a crianças, no entanto, utilizam um tipo de linguagem voltada ao interesse do adulto. Um projeto editorial elaborado com a contribuição de profissionais da educação e com a participação das próprias crianças poderia evitar impropriedades e equívocos. E nesse ponto podemos fazer uma relação com o que tem ocorrido nas escolas de educação fundamental e a construção de projetos político-pedagógicos. A mesma indefinição permeia as instituições educativas, a despeito da existência de documentos burocratizados e engavetados, que não guardam significado para o grupo para o qual se destina.

Também problemática é a apresentação jornalística de fatos como sendo irremediáveis – algo que paralisa na criança a possibilidade de mudança de atitude frente às situações da vida, o que é conflitante com um mundo de rápidas transformações, marcado pela provisoriedade e incertezas. As certezas absolutas representadas pelo cartesiano deixou marcas tão profundas que ainda imprimem direções e apontam rumos. Seria preciso mais razões para justificar a necessidade de um trabalho pedagógico, que envolvesse os vários professores da Educação Fundamental na leitura dos suplementos infanto-juvenis?

Menos da metade dos suplementos cria espaços de interatividade por meio de cartas, críticas, sugestões e, mesmo, matérias feitas pelos leitores. Essa abertura poderia ser

um importante termômetro de preferências. E nas escolas, como os professores conduzem os processos interativos? Seriam mais abertos que os suplementos infantis? Qual o nível de participação fomentado nas instituições educativas? Os professores revelaram dificuldades nessa área, promovendo o que se poderia chamar de participação simbólica, induzida e fictícia. Uma formação adequada poderia, inclusive, mediar a interatividade de seus alunos junto à mídia em geral e aos suplementos infantis, ampliando sobremaneira as possibilidades dos conhecimentos tratados no intra muro escolar.

Outro ponto que merece reflexão é o fato de que nem todas as matérias jornalísticas apontam para a pluralidade de idéias. Apesar da aceitação do princípio a pesquisa apontou que 28,7% dos suplementos incorreram em alguns equívocos de comunicação. Nem sempre as idéias ficam claras, com manchetes de duplo sentido e títulos de impacto grandiloquentes. Ao contrário dos adultos, as crianças tendem a não compreender ironias, por exemplo, dificultando o entendimento. Pedagogicamente, muito se poderia fazer na “tradução” das mensagens dos suplementos, mas certamente os livros didáticos deixam poucos espaços para isso.

A maioria dos profissionais que produz os suplementos não conta com uma equipe de profissionais, trabalhando sozinha e em várias funções. Parece haver pouca clareza de que a infância é uma fase singular do desenvolvimento e que as crianças necessitariam de materiais bem produzidos e orientados, que estimulassem a natural curiosidade, imaginação e criatividade. Um tratamento adequado às matérias contribuiria para o desenvolvimento bio-psico-social, além de auxiliar na compreensão da realidade. Histórias reais e imaginadas, jogos e brincadeiras marcam esta fase e necessitam a inserção de especialistas competentes para não criar um cenário adulto infantizado e inadequado aos leitores mirins.

ALGUMAS ANÁLISES FINAIS

Apesar das questões apontadas pela pesquisa, há muitas razões para justificar a importância do uso pedagógico dos suplementos infanto-juvenis, assim como de outros meios de comunicação que a mídia escrita e falada lança mão. Eles podem ser uma rica ponte entre a escola, a contemporaneidade e os interesses e necessidades das crianças. Por isso podem e devem ser vistos também como recursos pedagógicos.

É importante que os editores repensem alguns pontos, como: incluir educadores em suas equipes, prevendo a construção de um projeto norteador para os suplementos; abordar temas com fontes bibliográficas, mapas e links que permitam enriquecimento de conhecimentos, com pesquisas, espaços de escuta para a opinião dos leitores mirins (menos de 10% das matérias trazem opiniões de especialistas); valorizar espaços de diálogo com as instituições formadoras de profissionais da educação, entre tantos outros aspectos.

É certo que os suplementos não possuem a função pressúvia de se constituírem em recursos didáticos da educação fundamental, mas podem perfeitamente se credenciar à esse papel simultâneo. A transversalidade é desejável e a diversidade e o multiculturalismo das escolas aponta para a abertura de espaços que podem oxigenar as relações internas e externas à escola. Por isso profissionais da educação precisam ser formados adequadamente e estar atentos em sua utilização.

O fato é que eles chegam às mãos de boa parte das crianças, assim como outros produtos da mídia e a escola não pode ignorar este fato. Alguns docentes não querem, por exemplo, comentar certos filmes, por achá-los violentos; mas seus alunos já os assistem em seu cotidiano. Então, qual o sentido da escola continuar a ignorar a concretude dessa cotidianidade, imaginando seus alunos sob um manto protetor da e na escola? A quem estaria preservando? Reforçar e/ou resistir ao que a realidade nos apresenta é um exercício que precisa ocorrer no seio das instituições educativas. Estas não podem se constituir em verdadeiros “limbos” pedagógicos, onde o ameaçador, o violento, o indesejável apenas se aproxime da sala de aula quando absolutamente inevitável. Essa reflexão repercutiu a possibilidade do desenvolvimento de uma outra investigação que desenvolva análises junto aos alunos, leitores dos suplementos. É importante investigar como eles vêem tanto os suplementos como outros materiais, a partir do alheamento da escola em relação a um universo com o qual já convivem.

Não há mais como negar a presença, que gradativamente se impõe, de um paradigma emergente, que traz como conseqüência a abertura da escola para o mundo real e não idealizado e, também, para a formação dos profissionais da educação que inclua em seus materiais o que circula ou deveria circular entre os alunos.

Nesse contexto os suplementos – naquilo que possuem de positivo e negativo - podem ser uma rica fonte de encontro entre a escola, a contemporaneidade e os interesses e

necessidades dos leitores mirins. Daí a importância de que os editores os vejam também como recurso didático. É fundamental que. Tanto escolas como jornalistas necessitam inovar e compreender materiais como os suplementos como resultantes de projetos educativos coerentes, que não se reduzam à condição de recurso “extra escolar”, não pedagógico (se é que é possível), mas que se credenciem à utilização educativa rica e diversificada. É importante ter a clareza de que inovar é redefinir critérios de seleção e organização de saberes, mudar opções, desenvolvendo consciências críticas capazes de questionar o instituído, rumo ao emergente. Mesmo que para isso seja preciso trafegar em áreas e recursos nem sempre “autorizadas e legitimadas” pela escola.

E finalizo este estudo com o relato de alguns achados junto a experiências de uma das professoras que compôs o grupo pesquisado. Tratava-se de uma professora jovem, com seis anos de atuação nos anos iniciais da educação fundamental. Conforme Huberman (1999), em uma fase posterior ao primeiro ciclo, que o autor categoriza como fase de tateamento e que ocorre no início da carreira docente. A professora estaria imersa na fase de estabilização e consolidação de repertório pedagógico. Essa professora, ao ser questionada sobre a utilização dos suplementos infanto-juvenis como recurso pedagógico, relatou que durante algum tempo de sua docência não abria as “portas da escola” para materiais e fatos que fugissem dos materiais recomendados pela própria escola, como os livros didáticos. Mas com o tempo percebeu que não tinha o direito de ignorar o mundo que as crianças viviam, afinal ela também fazia parte dele. Aos poucos foi buscando informações, fazendo cursos e, porque desafiada, resolveu arrojá-la. A primeira polêmica vivida ocorreu quando tratou de uma matéria do suplemento que discutia a realidade de crianças que se drogavam. Não demorou muito para que alguns pais reclamassem sobre a impropriedade de abordar um assunto desses com crianças, que nem mesmo sabiam o que era droga. Será que ela não estaria despertando a curiosidade nos alunos para algo que ainda não fazia parte da vida deles? Isso foi motivo de reuniões e muitos debates. Concluiu-se que as crianças deveriam compreender e se precaver de uma grande ameaça social, que a cada dia revela-se de maneira mais precoce. Os próprios pais entenderam que o trabalho seria uma proteção a mais para seis filhos. Paralelamente, foi possível planejar ações interdisciplinares em ciências, língua portuguesa, matemática, entre outros conteúdos..

O que esta e outras professoras que rompem amarras possuem de diferente de tantas outras? Certamente não adquiriram a coragem de aventurar-se em organizações pedagógicas diferentes de forma fácil. Desalojar o cristalizado, ampliar tarefas, criar e lidar com resistências, compreender relações de poder não são processos simples, ao contrário, estão associados a uma determinada práxis. Possivelmente, trata-se de professores que, por vários motivos, conseguiram superar a práxis reiterativa ou imitativa, a ação modelar, que se restringe a regras e prescrições, normalmente, vinculada ao previsível. Segundo Vázquez (1977), a práxis *criadora e reflexiva* é fundamental para a compreensão de relações, entre elas, as voltadas para atividades com alto grau de consciência.. O caráter identitário da ação da professora em questão pode ser compreendido no âmbito da práxis criadora e reflexiva, colocando-a na condição de sujeito que concebeu a ação. Certamente são processos permeados por imprevisibilidade e indeterminação, mas também repletos de ricos e ampliados significados.

Na Educação Fundamental muitas iniciativas positivas têm sido tomadas por parte de professores e demais envolvidos no processo educativo. É importante que elas sejam divulgadas e possam constituir-se em focos de resistência contra a desqualificação tanto da escola pública como da própria categoria docente. É igualmente importante estarmos atentos aos limites, silêncios e movimentos que a realidade agrega às instituições educativas em geral; muitas vezes as relações de poder são trabalhadas de maneira velada. (RESENDE, 1995) Essas instituições não são marcadas apenas por aspectos didático-pedagógicos, mas por aspectos sócio-políticos, ideológicos, éticos e culturais.

REFERÊNCIAS

1. ENGUITA, Mariano F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria e Educação**, nº4. Porto Alegre, 1991, pp 41-61.
2. HUBERMAN, Michaël . Ciclos de vida profissional de professores. In: NÓVOA Antonio (org). **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1992.
3. HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
4. IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.
5. RESENDE, Lúcia M. G.. **Relações de poder no cotidiano escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.

6. SANTOS, Boaventura S. **Um discurso sobre as ciências**. 7ª ed. Porto: Edições Afrontamento. 1995.
7. SARUP, Madan. **Marxismo e educação**. Rio, Zahar, 1980.
8. VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.